

11º Encontro da Rede de Estudos Rurais

PROPOSTA DE GT

Título: Ruralidades e Meio Ambiente

Coordenadores: Ana Carolina Aguerri Borges da Silva (UFRPE) e Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Resumo: No escopo dos estudos da temática Ruralidades e Meio Ambiente, os esforços de interpretação da dinâmica de mercantilização da natureza têm ocupado importante espaço entre analistas no Brasil e na América Latina. A disseminação dos instrumentos econômicos de gestão ambiental e financeirização da natureza, em particular, vem provocando repercussões importantes sobre um conjunto diversificado de direitos legais ou costumeiros das populações rurais: direito à terra, à água, às florestas, a seus territórios tradicionais e à autodeterminação, dentre muitos outros. Neste contexto, o GT pretende reunir trabalhos dedicados à articulação da questão ambiental com os estudos rurais com base em três eixos de reflexão: a) pensar as relações entre ruralidades e meio ambiente numa chave processual; b) problematizar as múltiplas manifestações do poder nos conflitos ambientais e nos processos socioambientais, que estão para além das ferramentas econômicas de interpretação, e; c) abordar a crítica dos dispositivos de mercantilização da natureza que vêm aparando a promoção de políticas públicas nos espaços rurais.

Objetivos: Este GT tem como objetivo principal permitir a continuidade, no espaço da Rede de Estudos Rurais, dos debates acerca das relações interpenetráveis entre as dinâmicas rurais emergentes no Brasil (e na América Latina) nas últimas décadas e os processos de mudança socioambiental vivenciados nos espaços rurais. Assim, pretende acolher pesquisas que revelem a diversidade de situações em que as temáticas da ruralidade e do meio ambiente se cruzam, na tentativa de apreender tendências, modos de articulação entre atores, dinâmicas de conflitos e formas de institucionalização de instrumentos de preservação da natureza.

Relevância: O GT selecionará propostas de artigos que versem sobre temas classificados pela bibliografia contemporânea dos estudos rurais e socioambientais como centrais para o Brasil e a América Latina. Dentre eles, estão: a governança ambiental em contextos de ruralidade; as identidades e os conflitos socioambientais; as políticas agroambientais; as novas estratégias de mercantilização da terra e dos recursos naturais; as relações entre reforma agrária e desenvolvimento sustentável; a transformação nos usos da terra e as iniciativas de preservação da biodiversidade; os processos de ambientalização dos territórios rurais, e; avaliação da aplicação de instrumentos de mercado e de compensação ambiental na gestão de recursos naturais, entre outros temas na interface ruralidade/meio ambiente.

Justificativa: No escopo dos estudos da temática Ruralidades e Meio Ambiente, os esforços de interpretação da dinâmica de mercantilização da natureza têm ocupado importante espaço entre analistas no Brasil e na América Latina. É extensa a relação de

estudos e de medidas governamentais dedicadas à atribuição valores monetários para os então chamados *bens* e *serviços* ambientais em áreas rurais. Dentre outros, a elaboração de indicadores quantitativos através de critérios de escassez (tais como os níveis de vulnerabilidade e insubstitubilidade dos recursos naturais) e a tentativa de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental – passando inclusive pela construção de mercados hipotéticos para os serviços ambientais – têm sido apresentadas desde o final da década de 1990 como estratégia diferencial no gerenciamento dos recursos sócio-territoriais. No concernente ao debate sobre desenvolvimento rural, a valoração destes recursos – classificados como “amenidades ambientais” – é designada como estratégia de criação de novos serviços econômicos nas áreas rurais, então revalorizados pela própria crise ambiental urbana. Vários esforços interpretativos, partindo de matrizes teóricas distintas das ciências sociais, têm enfatizado a fragilidade teórica dos princípios neoliberais que orientam tais estratégias de “governança” sócio-territorial. No geral, as críticas apontam tanto para o reducionismo do comportamento econômico dos agentes sociais no uso dos recursos naturais, quanto para a apreensão a-histórica da relação sociedade-natureza. Ademais, a disseminação destes instrumentos econômicos de gestão ambiental e financeirização da natureza no campo traz repercussões importantes sobre um conjunto diversificado de direitos – muitas vezes negados ou ameaçados – das populações rurais: direito à terra, à água, às florestas, a seus territórios tradicionais, à autodeterminação, entre muitos outros. Neste contexto, o debate em torno das interfaces entre ruralidades e meio ambiente se torna ainda mais urgente num momento em que diversas investidas conservadoras – resultantes da articulação entre novos padrões de acumulação capitalista que opera em escala global e de forças reacionárias do patronato rural – impõem uma agenda regressiva tanto para a questão ambiental quanto para o rural brasileiro.